

MUSEUS e centros de memória

Letícia Julião*

Os museus se tornaram um dos espaços culturais de maior prestígio no mundo contemporâneo. De pequenos museus temáticos a projetos ambiciosos, eles proliferam na sociedade contemporânea. Alguns, incluindo os centros de memória, surgem em contextos até há pouco tempo improváveis, como reservas indígenas, favelas e bairros. Outros resultam de investimentos milionários, conduzidos pelo poder público e/ou pela iniciativa privada. Nesse cenário, parece-nos inimaginável a sociedade contemporânea sem museus e lugares consagrados às memórias coletivas.

Por que esses espaços adquiriram tamanho poder e evidência? Por que, em poucas décadas, deixaram de ser identificados como instituições decadentes para serem içados a vedetes da cena cultural? É certo que, para não sucumbirem, os museus se transformaram. Uma nova ideia de museu se articulou nos planos do pensamento e da prática. Aos poucos, essa instituição deixou de ser espaço exclusivo de administração de coleções para se voltar para o público.

O que move a sociedade contemporânea a querer museus e centros de memória? Pode-se dizer que o aumento dessas instituições, em parte, está relacionado à intensificação do processo de globalização nas últimas décadas do século 20. Ao conectar e buscar homogeneizar sociedades, mercados, países e cidades, a globalização trouxe consigo ameaças às referências culturais e identitárias de grupos sociais. Na contramão desse movimento global, emerge o protagonismo, no cenário patrimonial e museal, de atores sociais até então marginalizados das políticas de preservação do patrimônio.

Estamos, porém, diante de um contexto ambíguo, para não dizer contraditório. As instituições de memória incorporam a narrativa de novos atores e patrimônios e, ao mesmo tempo, rendem-se aos padrões de exposição consagrados internacionalmente, alheios a realidades locais. Concomitante ao surgimento de museus para atender aos anseios de ampliação da cidadania e de inclusão social, observa-se a conversão dessa instituição em produto para o consumo, espetacularizado e concebido como grife.

Não importa que nomenclatura tenham – museus, memoriais, centros de memória –, o fato é que essas instituições estão sendo reconfiguradas e projetadas em um arco marcado pelos polos da cidadania e do consumo. Figuram como indícios de uma sociedade que teme perder os rastros do seu passado e, ao mesmo tempo, não espera muito do futuro.

* Professora de Museologia e coordenadora da Rede de Museus da UFMG

CUSTÓDIA de arquivos

Renato Venâncio*

A custódia dos documentos de arquivo é um tema de pesquisa. Esses documentos são acumulados por indivíduos ou instituições. No nosso dia a dia, escrevemos e recebemos cartas ou e-mails, preservamos comprovantes da nossa trajetória escolar ou de trabalho, assim como produzimos fotografias e guardamos recibos das contas pagas. Eventualmente, colecionamos objetos, como selos, postais, pinturas, entre outros. O mesmo ocorre com as instituições, mas de forma ainda mais intensa. As administrações públicas federais, estaduais e municipais, ou as empresas e associações, acumulam conjuntos gigantescos de documentos, em papel ou em meio digital.

A legislação brasileira prevê que esses documentos sejam avaliados e, quando considerados relevantes do ponto de vista histórico e cultural, sejam preservados para sempre. As leis também preveem que os arquivos privados (institucionais ou pessoais), quando considerados de interesse público e social, sejam preservados. Geralmente, imagina-se que apenas os arquivos públicos custodiam essa documentação. Isso, de fato, ocorre, embora aquém do desejado, pois a maior parte da documentação arquivística contemporânea ainda não foi avaliada, como, por sinal, ocorre na UFMG.

Outro aspecto que merece ser sublinhado é que, além dos arquivos públicos, há uma série de outras instituições que têm cumprido a função de preservar acervos arquivísticos. Há, por exemplo, memoriais, fundações e institutos com a custódia de arquivos pessoais de presidentes da república, considerados legalmente como de interesse público e social. Há, também, centros de memória e de documentação, academias de letras e institutos históricos custodiando numerosos acervos arquivísticos de valor histórico e cultural.

No rol dessas instituições, cabe ainda destacar as bibliotecas e os museus. Vários acervos dessas instituições são, na verdade, arquivos pessoais de cientistas, escritores ou empresários, ou acervos de antigas empresas que deixaram de existir. Eis um exemplo da importância de pensar em rede, como espaços de discussão e qualificação do trabalho técnico. A formação de redes de instituições que custodiam acervos arquivísticos de guarda permanente – independentemente da forma como são nomeadas – auxiliará, sem dúvida, na superação de lacunas do sistema nacional de arquivos, quase nunca efetivamente implementado.

Enfim, arquivos, museus e bibliotecas – além das outras instituições acima mencionadas – têm muito a compartilhar.

*Professor de Arquivologia e diretor de Arquivos Institucionais da UFMG

Esta página é reservada a manifestações da comunidade universitária, por meio de artigos ou cartas. Para ser publicado, o texto deverá versar sobre assunto que envolva a Universidade e a comunidade, mas de enfoque não particularizado. Deverá ter de 5.000 a 5.500 caracteres (com espaços) e indicar o nome completo do autor, telefone ou correio eletrônico de contato. A publicação de réplicas ou trélicas ficará a critério da redação. São de responsabilidade exclusiva de seus autores as opiniões expressas nos textos. Na falta destes, o BOLETIM encomenda textos ou reproduz artigos que possam estimular o debate sobre a universidade e a educação brasileira.